

Governo e credores iniciaram troca de títulos

André Dusek/AE



Malan: controle das negociações para formalizar acordo final

Terminada a operação, estará concluído o acordo de reestruturação de US\$ 52 bilhões

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Sob a supervisão pessoal do presidente do Banco Central, Pedro Malan, funcionários brasileiros e executivos do comitê de bancos prosseguiram no início da noite de ontem a operação de troca dos instrumentos financeiros que colocará em vigor o acordo de redução e reestruturação de US\$ 52 bilhões das obrigações externas do País a credores privados. A possibilidade de Kenneth Dart, o credor norte-americano de 3,5% da dívida que não aceitou os termos da renegociação, tentar bloquear judicialmente a conclusão do negócio não se materializou. O comunicado formal da efetivação do acordo, que colocará um ponto final nos quase 12 anos da crise da dívida,

era esperado para “daqui a algumas horas”, disse um porta-voz do comitê pouco antes das 18 horas.

Após mais de três anos de negociações, que resistiram ao impeachment de um presidente e cinco trocas de ministros da Fazenda, o pacote de renegociação começou a tornar-se realidade ontem cedo, na sala de conferências do escritório de advocacia Shearman & Sterling, num edifício na esquina da Avenida Lexington com a rua 53, em Nova York, palco de inúmeras negociações entre o governo brasileiro e os representantes dos credores.

A operação administrativa que efetivou o acordo mobilizou mais de duas dúzias de funcionários do BC e do Citibank, que atuou como agente dos mais de 750 credores. Eles estavam há mais de duas semanas trabalhando nos preparativos finais da

imensa tarefa. O acordo que o Brasil concluiu ontem com seus credores é o maior e mais complexo de todos os negociados pelos países em desenvolvimento durante a crise da dívida.

Várias pessoas envolvidas na operação praticamente não dormiram nos últimos três dias.

ACORDO
PÕE FIM
A 12 ANOS DE
CRISE

A operação que colocou o acordo em vigor consistiu na confirmação eletrônica, credor por credor, da troca dos instrumentos da dí-

vida velha (MIDFA) pelos da dívida nova, segundo a escolha feita pelos bancos, e conforme o menu de seis opções que o governo brasileiro e o comitê acordaram em julho de 1992. A assinatura do acordo aconteceu no fim de 1993, em Toronto. A confirmação da troca dos papéis foi feita pelo Euroclear, a câmara de compensação internacional de títulos, em Bruxelas. Os cerca de US\$ 2,8 bilhões em títulos do Tesouro dos Es-

tados Unidos, que servirão como garantia inicial de alguns dos novos instrumentos da dívida brasileira, tinham sido transferidos no início da semana para a custódia do Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), o banco central dos bancos centrais, que fica na Suíça.

O acordo reduzirá as obrigações externas do País em quase 20%, em média, com 30 anos para os pagamentos, a juros fixos na maioria dos novos papéis da dívida e taxas favoráveis. O BC está preparado para uma possível ação judicial de Kenneth Dart. Os assessores jurídicos do BC nos EUA estão confiantes, contudo, que o especulador norte-americano não conseguirá vencer nenhum juiz sobre os méritos de sua queixa. Resolvida a situação de Dart, o acordo de normalização das relações com os credores permitirá ao BC buscar remuneração mais alta para as reservas de divisas brasileiras. Elas estão há anos depositadas no BIS, que paga juros baixos, para ficar protegidas de ações de default de credores.